

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO — José Augusto Rodrigues Pinto	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I — A TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO, DOS DIREITOS E DO PROCESSO. TUTELA COLETIVA	21
1. Transformações do Estado	21
2. Transformação dos direitos	22
3. Transformação do processo	23
4. Tutela coletiva	24
CAPÍTULO II — TUTELA DOS DIREITOS COLETIVOS NO DIREITO BRA- SILEIRO	26
1. Constituição Federal Brasileira de 1988	26
2. A cultura dos direitos difusos e coletivos no Brasil	28
CAPÍTULO III — POSITIVISMO JURÍDICO E TUTELA COLETIVA	30
1. Normatização dos direitos e interesses	30
2. Enfoques sobre o positivismo jurídico	32
2.1 Construção e superação de elaborações teóricas	32
2.2 Bases em que se assentam teorias do positivismo jurídico	33
2.3 Teoria pura do Direito (<i>Kelsen</i>)	35
2.3.1 Autonomia	35
2.3.2 Arquitetura teórica	35
2.3.3 Dinâmica jurídica	36
2.3.4 Completude do ordenamento jurídico	37
2.3.5 Características do direito positivo	37
2.3.6 Dinamismo jurídico. Norma sem conteúdo	38
2.4 Teoria dos Sistemas (<i>Luhmann</i>)	38
2.4.1 Sistema/ambiente	39
2.4.2 Arquitetura teórica	39
2.4.3 Sistema operacionalmente fechado e cognitivamente aberto ..	41
2.4.4 Função comunicativa	42

2.4.5	Linguagem comunicativa	42
2.4.6	Variabilidade comunicativa	43
2.4.7	Acoplamento estrutural. Fechamento operacional do sistema ..	44
CAPÍTULO IV — INTERESSES		46
1.	Acepção do termo interesse	46
2.	Tutela de interesses	48
3.	Tipos de interesses	50
4.	Interesses sociais	53
5.	Interesses transindividuais	55
5.1	Interesses difusos	56
5.2	Interesses coletivos	57
5.3	Direitos individuais homogêneos	59
6.	Interesse público	60
6.1	Configurações históricas. Fusão de atividades públicas e privadas ..	60
6.2	Dificuldade de definição	64
6.3	Importância da dicotomia público e privado	64
CAPÍTULO V — SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL		65
1.	Aspectos relevantes na compreensão do tema	66
1.1	Capacidade processual	66
1.2	Direito objetivo e direito subjetivo	67
2.	Conceito	67
3.	Natureza jurídica	68
4.	Natureza restrita do instituto e o devido processo legal	70
5.	Tipos de legitimação	71
6.	Figura intermediária entre substituição e representação	74
7.	Característica da substituição processual no direito brasileiro	75
8.	Substituição processual na Constituição Federal	76
8.1	O alcance da legitimação extraordinária do art. 8º, III	76
8.2	Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF)	78
9.	Substituição processual no âmbito trabalhista	83
9.1	Consolidação das Leis do Trabalho — CLT	83
9.2	Leis esparsas	84
9.3	Jurisprudência em matéria trabalhista. Tribunal Superior do Trabalho (TST)	85

10. Defesa dos direitos individuais homogêneos e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	86
CAPÍTULO VI — AÇÃO. NOÇÕES	89
1. Ação no contexto dos direitos individuais	89
1.1 Da necessidade de noções gerais sobre ação individual e seus institutos como atividade necessária à compreensão do cumprimento da sentença individual e sua efetividade.....	89
1.2 O homem como destinatário das regras de direito: objetivo e subjetivo	89
1.3 Alcance dos direitos subjetivos	90
1.4 Ação	91
1.5 Pretensão	92
1.6 Problemática acerca do conteúdo do direito de ação	93
1.7 Classificação das ações	97
1.8 Função e conteúdo da ação declaratória. Exeqüibilidade da sentença	99
1.9 Função e conteúdo da ação constitutiva. Exeqüibilidade da sentença	101
1.10 Função e conteúdo da ação condenatória. Exeqüibilidade da sentença	102
1.11 Execução forçada das obrigações de fazer e não fazer e obrigação de entregar coisa.....	104
1.12 Execução forçada das obrigações por quantia certa, na sistemática da Lei 11.232/2005.....	106
1.13 Institutos do processo civil clássico: litispendência e coisa julgada ...	108
1.14 Atos processuais que implicam disposição de vontade: renúncia, transação, desistência	109
1.15 Devido processo legal como garantia material e procedimental do acusado	110
2. Ação no contexto dos direitos coletivos	112
2.1 Da necessidade de noções gerais sobre ação coletiva e seus institutos como atividade necessária à compreensão do cumprimento da sentença coletiva e sua efetividade	112
2.2 O ser humano, e não mais apenas o indivíduo, como destinatário das regras dos direitos da coletividade	112
2.3 Do esboço embrionário de tutela coletiva à autonomia do direito processual coletivo. Microsistema brasileiro. Noções gerais	113
2.4 Em busca de unificação de procedimentos de defesa dos interesses e direitos coletivos: Diretivas da Comunidade Européia e Código Modelo de Processos Coletivos para a Ibero-América	116
2.5 Diretivas da Comunidade Européia	117

2.6	Código Modelo de Processos Coletivos para a Ibero-América	119
2.7	Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos	121
2.8	Alguns aspectos do microsistema de processo coletivo a serem aperfeiçoados, na versão atual do Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos	123
2.9	Institutos do processo civil adaptados ao processo coletivo pelo microsistema (Leis ns. 7.347/85 e 9.078/90)	126
2.9.1	Legitimidade	126
2.9.2	Coisa julgada	129
2.9.3	Competência	130
CAPÍTULO VII — DA LIQUIDAÇÃO E DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.		133
1.	Liquidação da sentença na sistemática do processo civil	133
1.1	Liquidação da sentença. Alterações imprimidas pela Lei n. 11.232/2005	134
1.2	Cumprimento da sentença. Alterações imprimidas pela Lei n. 11.232/2005	136
2.	Liquidação da sentença na sistemática do processo coletivo	138
2.1	Liquidação da sentença coletiva	141
2.1.1	Sentença condenatória em ação coletiva de defesa de interesses “essencialmente” coletivos	141
2.1.2	Sentença condenatória em ação coletiva de defesa de interesses “acidentalmente” coletivos	142
2.1.2.1	Habilitação	143
2.1.2.2	Legitimidade para o procedimento de liquidação .	146
CAPÍTULO VIII — EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL		150
CONCLUSÕES		155
REFERÊNCIAS		165
APÊNDICES		175